

# A NOTÍCIA

Passaporte da vacina contra o Covid-19 é constitucional, diz Renato Spolidoro



## BLINDAGEM

*Projeto tem a missão de proteger políticos da investigação do Ministério Público*

# Arthur Lira adia julgamento da PEC da Vingança para próxima terça



## ECONOMIA

*Alta do preço tem se tornado calcanhar de Aquiles do governo Bolsonaro*

# Presidente da Câmara volta a cobrar Petrobras para redução do combustível



## ELEIÇÕES DA OAB

*O advogado Vagner Paes busca assumir a presidência da Ordem alagoana*

# "O prestígio da advocacia em Alagoas precisa ser resgatado", diz candidato



## DINHEIRO

*Especialista aponta dicas de como iniciar um negócio online com pouco investimento*

# Conheça 5 maneiras de gerar renda extra vendendo pela internet





## PETROBRAS

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos filiados estão promovendo em todo o país o “Ato Nacional Contra as Privatizações e Precarização das Condições de Trabalho na Petrobrás”. A manifestação unificada conta com a participação de representantes da categoria e de movimentos sociais, além da Central Única de Trabalhadores (CUT). “O nosso objetivo é reforçar o papel estratégico e importante da Petrobrás não apenas para a produção e o abastecimento de combustíveis, mas para a sociedade civil e o desenvolvimento econômico e social do nosso país”, afirma o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, que participou de dois atos realizados no Paraná. Nesta sexta-feira (15/10), marcou presença na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul, e no dia 14/10 esteve na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária. “Da Bahia (RLAM) ao Rio Grande do Sul (REFAP), estamos reforçando que esse processo de privatização faz mal ao país, que retira a riqueza das mãos do povo para transferir ao capital financeiro internacional. Se a Repar ainda não foi vendida é por causa da resistência e da luta que vêm sendo feitas nas portas das fábricas, com os trabalhadores demonstrando que são contrários à privatização e à precarização”, destaca Bacelar.

## CULTURA

A Universidade Estadual de Alagoas inaugura, na próxima segunda-feira (18), às 10h, o Espaço de Memória Indígena Alagoana Geová José Honório da Silva, no Campus V, em União dos Palmares (AL). Este é o terceiro museu da instituição, junto com o Espaço de Memória Artesão Fernando Rodrigues dos Santos, situado no povoado Ilha do Ferro, em Pão de Açúcar, e o Espaço de Memória Artesã Irinéia Rosa Nunes da Silva, que guarda a memória de artistas da Comunidade Quilombola Muquém, também localizado no Campus V.

## CULTURA II

Para o idealizador dos espaços de memória da Uneval, Jairo José Campos da Costa, o Museu do Índio fecha um ciclo de resgate da arte produzida pelos povos tradicionais de Alagoas: indígena, quilombola e ribeirinho. “É um ciclo que se fecha em quase 20 anos de trabalho e de retorno a esses povos que eu pesquisei”, frisou Campos.

O Espaço de Memória Indígena Alagoana foi organizado a partir de pesquisas nas 12 etnias

do estado distribuídas em dez cidades. O levantamento resultou na seleção 100 artefatos, incluindo cachimbos, colares, cocares, tiaras, vestimentas, esculturas de divindades, arcos, flechas, burduna, painéis, entre outros objetos produzidos pelos índios alagoanos. “Até aqui, temos 30 artistas em uma narrativa curatorial e expográfica pensada pela equipe multidisciplinar que montou o Museu”, completou Jairo Campos.

## OPORTUNIDADE

A grande preocupação dos jovens que estão em curso na faculdade é encontrar um estágio que seja compatível com o seu perfil e com a carreira profissional que pretende construir. Pensando nisso, o Programa de Estágio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/AL), que trabalha recrutando novos talentos para o mercado de trabalho, está disponibilizando 41 vagas de estágio para os diversos níveis de ensino. Os alunos do Ensino Médio, técnico em Logística e universitários dos cursos de Administração, Pedagogia, Contabilidade, Comunicação Social, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Logística, Design Interiores e Educação Física, podem realizar o cadastro de forma gratuita acessando o endereço eletrônico [sne.iel.org.br/al](http://sne.iel.org.br/al). Além da oportunidade de capacitação, o estagiário recebe uma bolsa que varia de R\$450 até R\$1.100, acompanhado de vale transporte. Para participar, o estudante deve ter idade mínima de 16 anos e estar matriculado e frequentando regularmente as aulas dos ensinos Médio, Técnicos e Superior.

# Falando sobre ICMS

EDITORIAL

Visando movimentar a economia de determinada região ou área de mercado, o setor público concede contrapartidas através de incentivos fiscais como o ICMS, um tributo de competência Estadual, mas de perfil nacional. Mais conhecido pela sigla do que pelo nome, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços pode garantir benefícios fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal através de diferentes instrumentos, como créditos presumidos ou outorgados, isenções, reduções de base de cálculo, diferimentos e até incentivos de natureza financeira-fiscal, por exemplo.

Em 2017, a publicação da Lei Complementar nº 160/17 transpareceu colocar um ponto final nas discussões acerca da natureza dos benefícios de ICMS concedidos pelos Estados e Distrito Federal. A medida provocou inúmeros impactos positivos, em empresas dos mais diversos segmentos, ao estabelecer que tais

créditos teriam natureza de investimento, sendo vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstas em artigo da referida lei. Por outro lado, a caracterização dos incentivos como subvenções para investimento somente seria possível desde que os atos normativos e concessivos dos referidos benefícios fossem publicados e depositados pelos Estados e pelo Distrito Federal no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Nesse contexto, a exigência de vínculos comprobatórios entre o benefício concedido e a aplicação dos recursos em ativos imobilizados, como vinha entendendo a jurisprudência administrativa recente, passaria a deixar de ser um requisito exigível.

Em outras palavras, caso os valores dos incentivos fiscais sejam superiores ao lucro apurado, e na hipótese de que essa tendência seja mantida, os sócios nunca serão remunerados com lucros, devendo-se observar que haverá ainda um estoque de

reserva de incentivos fiscais a ser constituído em anos subsequentes. Com isso, na melhor das hipóteses, os acionistas apenas serão remunerados quando os lucros apurados superarem o valor dos incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais ou Distrito Federal.

A discussão sobre esse assunto ainda requer uma análise criteriosa, detalhada e sempre constante. Seja para fins de compliance, observando e mitigando todo e quaisquer riscos inerentes a eventuais erros durante o processo, seja para identificar a melhor estratégia para cada companhia, é fundamental manter o foco sobre esse tema, dadas as circunstâncias do sistema tributário brasileiro. Cabe lembrar que, em caso excepcionais e através de meio judiciais, as empresas podem solicitar a dispensa dos cumprimentos legais que estabelecem o controle dos saldos de incentivos fiscais estaduais em conta de patrimônio líquido, como subvenções para investimentos.



## ARTIGO

LAURENTINO VEIGA

## Jean - Paul Satre

Walter Matias Lima é doutor pela UNICAMP. Professor adjunto do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal de Alagoas, atua no Departamento de Filosofia, no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Ensino de Filosofia, do Núcleo de Educação a Distância (NEAD-UFAL). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAL. Tive o privilégio nesse campo ter sido seu discípulo, auferi a nota máxima em Sociologia que amo de paixão. Fidalgo, atende às pessoas com a maestria que lhe é peculiar.

Jean-Paul Sartre – Educação e Razão Dialética, dissecou com propriedade o filósofo francês (1905-1980), livro que recebeu críticas construtivas pelos seus pares acadêmicos, e, ao mesmo tempo, de colegas internacionais da Sorbonne. Editado pela EDUFAL, 156 páginas bem

escritas em português coloquial. Abordou os assuntos ventilados do conterrâneo de Victor Hugo.

Ei-los: Introdução, Crítica da Razão Dialética sobre Jean-Paul Sartre, O momento de La Transcendance de L'ego, A limitação da filosofia Husserliana ao problema da liberdade e a crítica a Husserl resultante dessa limitação, O momento de L'Être et le Néant, O momento da Crítica da Razão Dialética, A teoria Sartriana da Práxis abrangendo: Desconstruindo a noção de fundamento, A racionalidade da dialética, Um projeto de antropologia, Razão e normatividade.

E continuou, sistematizando a Razão Dialética, Educação e Liberdade, Conceito sartriano de práxis, Por que Revolta? Consciência e Liberdade, A Liberdade em Situação, bem como acostou vasta Considerações Finais com Referências língua francesa que fala

fluentemente.

A seu pensamento mostra que a obra em epígrafe, tem a intenção nítida de constituir uma antropologia filosófica, e, ao mesmo tempo, contribui para o estudo das organizações de sujeitos históricos que se tornaram prementes na atual organização social; como é o caso da escola, como instituição sócio-histórica que tem conquistado espaços políticos e sociais bem delimitados.

Notadamente, trata-se de uma obra acadêmica onde o autor ingressa em setores dominado por Jean-Paul Sartre. Notável filósofo que inovou no seu tempo. Transcendendo a conceitos até então ignorados. Walter Matias capotou tudo isso de maneira magistral. Ademais, ultrapassou os umbrais do tempo para se tornar um doutor em educação para ensinar as atuais e às novas gerações do campus da UFAL.

## EXPEDIENTE

Wellington Sena  
Diretor Geral  
[artsenal10@gmail.com](mailto:artsenal10@gmail.com)

Lourdes Lucena  
Diretora Administrativa  
[lourdeslucenasantos@gmail.com](mailto:lourdeslucenasantos@gmail.com)

Fernando Oliveira  
Editor Geral  
[art\\_sena@hotmail.com](mailto:art_sena@hotmail.com)



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:  
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,  
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470  
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

Braskem  
**explica**...

## ...como vem sendo feita a prestação de contas das ações em Maceió para a sociedade, os moradores dos bairros e o poder público.

Perfil @braskemexplica no Facebook e Instagram para informar sobre as ações com agilidade.

Anúncios no jornal, rádio, TV e internet.

Reuniões com a comunidade e diálogos sociais com técnicos sociais e profissionais da Braskem.

Carros de som nas comunidades convocando para reuniões, avisando sobre os prazos e divulgando os canais de comunicação.

Cartilhas e folhetos explicativos para moradores e advogados, sobre a realocação e compensação.

Canal no WhatsApp para comunicados no seu celular.

Duas linhas 0800 para tirar dúvidas e ajudar os moradores com suas demandas.

Placas indicativas sinalizando obras e ações nos bairros.

Respostas às perguntas frequentes no site [www.braskem.com.br/alagoas](http://www.braskem.com.br/alagoas)

**Jornais, rádio, TV, blogs, redes sociais, material impresso, reuniões presenciais ou lives, WhatsApp, placas indicativas nas ruas e até carros de som.** Para ficar mais perto dos moradores de Maceió e compartilhar os resultados de suas ações nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Farol e Bom Parto, a Braskem vem utilizando todos os canais de comunicação disponíveis.

E quando os canais ainda não existem, eles são criados – caso do site [braskem.com.br/alagoas](http://braskem.com.br/alagoas) ou da linha direta 0800, disponível de segunda a sexta, das 9 às 18 horas e gratuita (até para ligações de celular). Ou, ainda, deste anúncio que você está lendo agora, como parte da campanha “Braskem Explica” que começou há alguns meses.

Desde o início do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, no final de 2019, quase 3.000 ações de comunicação já

**Informação na palma da mão para todos**

foram lançadas para prestar contas à sociedade, aos moradores dos bairros afetados e ao poder público. Isso inclui a divulgação mensal do balanço das realocações já feitas (atualmente, quase 97% dos imóveis identificados na área de desocupação), e das indenizações pagas às famílias, comerciantes e empresários.

Além de ser entregue às autoridades, o balanço fica disponível no site e é encaminhado diretamente aos jornalistas, para publicação na imprensa. Essa prestação de contas, aliás, é um dos itens do acordo assinado entre a Braskem e as autoridades\*, como forma de tornar ainda mais transparentes todas as suas determinações, prazos e compromissos.

\* Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado de Alagoas, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Prefeitura de Maceió.

Quer saber mais?

Acesse o site  
[braskem.com.br/alagoas](http://braskem.com.br/alagoas)

Entre no nosso  
WhatsApp:

82 99973-7161



0800 006 3029 ou  
0800 954 1234

De segunda a sexta, das 8h às 18h  
(exceto feriados). Ligações gratuitas,  
inclusive de celulares.

**Braskem**

## DINHEIRO

Especialista aponta dicas de como iniciar um negócio online com pouco investimento

# Conheça 5 maneiras de gerar renda extra vendendo pela internet

Segundo dados da ABComm, mais de 150 mil novas lojas online foram registradas entre abril e setembro de 2020 e mais de 11 mil

hões de pessoas realizaram sua primeira compra pela internet nesse mesmo ano. Com tantas opções surgindo, empreender pode se parecer

uma tarefa confusa e até difícil para quem não possui os conhecimentos fundamentais para arrecadar dinheiro no meio digital.

Porém, pensando em ajudar esse público iniciante, a especialista Babi Tonhela, CPO e Sócia do Ecommerce na Prática, maior escola

de vendas digitais do Brasil, organizou cinco maneiras para quem busca faturar uma renda extra vendendo na internet.

## 1. Comece com o que tem e defina a plataforma

A forma mais simples e barata de empreender é utilizando coisas que você já tenha em casa. “Nós indicamos selecionar coisas que muitas vezes estão paradas”, explica Babi. “Um computador, um colchão, uma câmera digital ou mesmo qualquer objeto que você enxergue valor de venda como item usado”. É a tendência chamada ‘recommerce’, que tem feito sucesso em plataformas como Enjoei. Existem também outros canais de serem utilizados como o OLX, Mercado Livre e até redes sociais como o Facebook Marketplace e o Instagram Shop. “Quando esses produtos estiverem rodando e forem dando retornos financeiros, você pode começar a procurar antiquários ou brechós, por exemplo, para continuar comprando e vendendo outros itens”, ressalta Babi.

## 2. Aproveite suas habilidades

Outra dica é aproveitar o que você sabe fazer, sejam atividades na cozinha ou com artesanato, por exemplo. “No caso da alimentação, você consegue tirar um CNPJ como MEI de forma rápida e se cadastrar em aplicativos de delivery”, conta. “O setor de artesanato online também é muito forte. Para você ter uma ideia, a maior plataforma de e-commerce desse tipo de produto é o Elo7, que foi a terceira mais acessada no Brasil durante 2020”. Então, é possível aproveitar uma habilidade ou até um hobby para ganhar dinheiro.

## 3. Venda produtos sob encomenda

Essa dica é bem parecida com a dos artesanatos, porém, nos itens encomendados é possível estruturar alguma coisa mais extensa como uma caneca ou produtos gráficos personalizados. Existem empresas investindo em ‘Print On Demand’, que significa “impressão sob demanda”, de camisetas, bonés e outros souvenirs.



## 4. Crie uma loja virtual sem estoque

“Você já percebeu que existem diversos negócios na sua região que não vendem online?”, questiona Babi. “Uma dica é ir até esses lugares e se posicionar como representante comercial, fazendo uma troca com os empreendedores

daquele estabelecimento”. Com isso, é possível anunciar produtos na internet e ir até esses lugares comprar a mercadoria para depois enviar. Assim, não é necessário um investimento inicial em estoque para começar a vender.

## 5. Como conciliar com o trabalho

“Qualquer habilidade que você tenha hoje, pode ser ‘empacotada’ como um produto digital, seja um ebook, um mini curso, manual e um serviço também pode ser oferecido e consumido online”, conta Babi. “Em todas as opções anteriores o

empreendedor consegue trabalhar 100% online e conciliar seu novo negócio com qualquer outra atividade. Existem pessoas que cumprem essa jornada dupla e conseguem aumentar sua renda, seja com venda de produtos físicos, digitais ou serviços”.

Um Brasil que se alimenta  
E outro que não.

Mais da metade da população não tem comida suficiente no seu dia a dia\*. JUNTOS, nós podemos mudar isso!

Doe agora: **LBV.ORG**

📺 📱 📷 @lbvbrasil

Apoio  
**AN**  
ALAGOAS

LBV 71 ANOS

Natal Permanente  
Jesus, o Pão Nosso de cada dia

\* Mais de 116 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar no Brasil, segundo dados do ano de 2020 divulgados pela Rede PENSSAN.



COVID

*Advogado diz que direito à liberdade não pode sobrepor-se ao direito à vida*

# Passaporte da vacina contra o Covid-19 é constitucional, diz Renato Spolidoro

O advogado Renato Spolidoro afirma ser absolutamente constitucional o passaporte da vacina, lembrando que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu sobre a questão em duas oportunidades, em processos que transitaram em julgado. "Foram duas ações diretas de inconstitucionalidade apreciadas na Suprema Corte", acentua. Spolidoro salienta serem comuns os conflitos de opiniões inerentes a direitos constitucionais, explicando.

"Os que são contra o passaporte da vacina acreditam que a medida fere a liberdade prevista na Carta. Entretanto, o argumento esbarra em uma questão filosófica, que vem sendo abordada há muito tempo, que é o fato de que a liberdade de um acaba quando começa a do outro. Ou seja, quem não se vacinar pode causar danos a terceiros, transmitindo-lhes a Covid-19". O advogado argumenta que, caso se permita que a liberdade seja

exercida sem limites impostos pelos direitos de todos os cidadãos e da sociedade, haveria o caos.

"Aliás, acho que é exatamente isso que certas pessoas querem", enfatiza, reiterando: "No Estado Democrático de Direito, em um regime político liberal, a liberdade precisa ter limites". Spolidoro exemplifica: "Eu poderia entrar em um banco com uma granada no bolso e achar que isso é liberdade. Eu poderia escravizar um trabalhador e achar que isso é liberdade. Mas, nesses casos, eu estaria extrapolando meu exercício da liberdade. Eu não posso ter a liberdade de, escolhendo não me vacinar, porque eu posso fazer isso, querer dividir um ambiente com pessoas que decidiram vacinar-se, estando a humanidade no meio de uma pandemia provocada por uma doença transmitida pelas vias respiratórias".

O advogado lembra que



diversos outros países já adotaram medidas parecidas como o passaporte da vacina, que têm apresentado bons resultados. "Aqui, muito além desse conflito de direitos constitucionais e da limitação da liberdade no atingimento da do outro, acredito que uma questão a ser pontuada juridicamente é que o bem coletivo e o interesse público

sempre se sobrepõem ao particular. E é de interesse público que a pandemia acabe e não se dissemine mais", pondera, concluindo: "Ademais, o direito à liberdade não pode sobrepor-se ao direito à vida. Então, ninguém tem a liberdade de expor um terceiro a risco de morte. Seria um exacerbamento do direito à liberdade".



A Renato Spolidoro

## OLHA MACEIÓ. OLHA TODA MACEIÓ. NOSSA CIDADE VISTA COM UM NOVO OLHAR.



Para mudar uma cidade, é preciso lançar um novo olhar sobre as suas necessidades. E é com coragem e muito trabalho que estamos mudando Maceió. Uma Maceió que vai além das suas belezas naturais e quer fazer bonito também para quem mais precisa. Uma Maceió que pediu para ser bem cuidada para poder cuidar de sua gente. Claro que não é do dia para noite que se muda uma grande cidade assim. Mas os primeiros passos já foram dados. Agora é seguir em frente por você, pela sua família, por todos nós.

PREFEITURA DE  
**MACEIÓ**

**Cidade**  
de Todos Nós



**+53 MIL** FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BEM  
BOLSA ESCOLA MUNICIPAL



ECONOMIA

*Alta do preço tem se tornado calcanhar de Aquiles do governo Bolsonaro*

# Presidente da Câmara volta a cobrar Petrobras para redução do combustível

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), voltou a cobrar a Petrobras para agir a favor da redução no preço dos combustíveis e gás de cozinha após a aprovação, na Casa, do projeto de lei que altera a cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre os itens.

"A Câmara deu o 1º passo para conter a disparada do preço dos combustíveis. Alteramos a incidência do ICMS. Fizemos nossa parte e demos uma resposta ao Brasil. Agora, esperamos pela Petrobras", começou o deputado no Twitter. O parlamentar ainda disse torcer para que "o gás e os combustíveis fiquem mais leves no apertado bolso dos brasileiros" depois da aprovação do texto-base do projeto de lei.

Lira (PP-AL) já havia afirmado existir uma crise em relação ao preço do gás de cozinha e chamou de "absurdo" o monopólio da Petrobras e a falta de investimentos da estatal no setor. "O gás de cozinha é uma crise no Brasil, estamos atacando a questão do gás de cozinha, o monopólio da Petrobras absurdo neste sentido", disse ele, em entrevista à CNN Rádio.



Segundo Lira, brasileiros não têm conseguido comprar e consumir o insumo e há quem esteja usando lenha para cozinhar, destacando que isso é um retrocesso. "Esses assuntos têm que ser tratados com transparência e não com versão", destacou. Lira ainda afirmou na entrevista não considerar

a mudança na política de preços da Petrobras ou uma mudança na diretoria da empresa seja a melhor saída neste momento.

Ao mesmo tempo, ele afirmou que a estatal só escolhe os caminhos para "performar e distribuir" dividendos para acionistas. "Não queremos instabilizar a política de preços

e a diretoria da Petrobras, mas queremos informações", frisou ele, negando haver conversas de bastidores para uma troca na diretoria da estatal.

Apesar da cobrança de Lira, a Petrobras declarou no final do mês passado que é responsável por cerca de R\$ 2 na composição dos preços

da gasolina, e enfatizou que tudo que excede este valor "não é responsabilidade" deles. O presidente da empresa, general Joaquim Silva e Luna, também reforçou que não houve nenhuma mudança na política de preços aplicada aos combustíveis e que continua trabalhando "da mesma forma de sempre".

BLINDAGEM

*Projeto tem a missão de proteger políticos da investigação do Ministério Público*

## Arthur Lira adia julgamento da PEC da Vingança para próxima terça

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou na quinta-feira, 14, a votação da PEC da Vingança, que altera a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. O projeto será votado apenas na próxima terça-feira. Essa foi a terceira tentativa frustrada de votação do texto. A PEC da Vingança ganhou esse nome por ser uma retaliação contra a instituição que, desde o início da Lava Jato, em 2014, vem tirando o sono de inúmeros políticos (Lira entre eles).

Se a medida for aprovada, o Brasil terá cumprido o mesmo percurso da Itália, no rastro da Operação Mãos Limpas. Assim como a Lava Jato, a Mãos Limpas atingiu políticos de renome. Depois

veio a ressaca, e os parlamentares italianos aprovaram leis de auto-proteção – e que restringiam os movimentos dos órgãos públicos de controle. Os principais pontos da PEC da Vingança são dois. Primeiro, ela autoriza o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a revisar ou mesmo anular atos de promotores e procuradores que "interfiram na ordem pública, ordem política, organização interna e independência das instituições".

A linguagem é vaga o bastante para permitir que ações do MP sejam interrompidas, mesmo quando bem embasadas, e que seus membros sejam punidos, mesmo quando agindo de boa fé. É o contrário daquilo que os deputados fizeram ao revisar a Lei da



Improbidade, para retirar do seu alcance administradores públicos que cometeram erros grosseiros e causaram prejuízos aos cofres públicos. Só serão punidos aqueles que agiram com dolo.

A segunda medida altera a composição do CNMP. O número de integrantes do órgão indicados pelo Congresso sobe de 2 para 4,

sendo um deles o corregedor-geral, aquele responsável por iniciar processos contra os procuradores. Enquanto isso, o número de indicados pelo Ministério Público da União cai de 4 para 3. O deputado petista Paulo Pimenta, relator da PEC, disse que o controle da sociedade (leia-se Congresso) sobre o MP precisa aumentar porque

"qualquer instituição que tem dificuldade de punir os seus próprios erros se prejudica".

Arthur Lira disse que a PEC procura aumentar o controle da sociedade civil sobre o MP, "porque ele é um dos órgãos do Brasil que não funcionam com relação a punir seus membros". Sim, como todas as instituições públicas brasileiras, o MP é dado ao corporativismo. Ainda assim, entre 2005, ano de sua criação, e 2019, o CNMP julgou 212 processos e aplicou 138 punições, sendo 22 de demissão e 12 de cassação de aposentadoria. Enquanto isso, a Câmara recebeu 170 representações contra deputados desde 2002. Só oito perderam o mandato. (Com Carlos Graieb)

*O advogado Vagner Paes busca assumir a presidência da Ordem alagoana*

# "O prestígio da advocacia em Alagoas precisa ser resgatado", diz candidato

AN - Por que resolveu disputar a presidência da OAB-AL?

Para resgatar aquele prestígio de outrora da advocacia perante o meio jurídico e a sociedade. A Ordem precisa voltar a ser protagonista nas questões sociais e enfrentar problemas estruturais no sistema de justiça. É essencial construir uma gestão pautada na eficiência, pluralidade e com foco em melhores resultados para a classe. Queremos responder aos anseios da classe pela defesa intransigente das prerrogativas, o que somente é possível com a oxigenação dos cargos. Parte da atual gestão se encontra em cargos de direção há 9 ou 12 anos. A OAB não pode ser "morada eterna".

AN - Quais as principais críticas que o senhor tem da OAB hoje?

A principal delas é o fato de termos o mesmo núcleo de liderança por três mandatos consecutivos, o que trouxe uma certa acomodação, além da falta de um olhar para os anseios reais da Advocacia. Podemos citar ainda a baixa comunicação com a grande maioria da advocacia, um distanciamento das instituições e grupos representativos da sociedade - que traz descrédito perante os mesmos - e um subaproveitamento da força política da Ordem. É preciso vontade política para mudar este quadro e isto nós temos.

AN - Como mudar?

O primeiro passo já foi dado. Foi justamente não aceitar uma imposição de quem não vive as reais dificuldades da advocacia. Segundo foi construir a chapa e a plataforma de propostas ouvindo todos os segmentos da advocacia alagoana. Com isso demos voz e vez a verdadeira advocacia e abrimos espaço para quem estava fora e nunca tinha sido ouvido e nos afastamos da velha forma dos apadrinhamentos políticos que sempre permearam as composições de chapa. Estamos construindo uma OAB capacitada tecnicamente, com muita experiência, um olhar empático, democrática, plural e forte, para preparar a todos, sem distinção, à nova Advocacia.

AN - A profissão do advogado está sendo bem valorizada no estado?

A Advocacia no estado - assim como ocorre em todo país - já teve mais força e credibilidade. Hoje, temos mais de 1 milhão de advogados no país, com uma média de 10 mil advogados

ativos só em Alagoas, e nem todos recebem a merecida dignidade, por diversos fatores que queremos combater. Precisamos trabalhar incessantemente para o resgate do prestígio e força de outrora. É preciso exigir o respeito e o devido cumprimento da Constituição e das leis. Nós advogados e advogadas levamos cidadania e dignidade a quem mais precisa e isso precisa ser reconhecido pelo sistema de justiça!

AN - Quais propostas para a gestão?

Nossas principais propostas são:

- Desencastelar a Ordem e aproximar a instituição dos advogados

- Democratizar a Ordem com abertura de ocupação de espaços para os legítimos representantes dos diversos segmentos da advocacia alagoana e o fim das indicações políticas.

- Fazer valer nossas prerrogativas de forma efetiva com a presença física da Diretoria de Prerrogativas nos fóruns e o uso responsável da representação quando necessária.

- Ser mais enérgica na defesa dos honorários;

- Melhorar a interlocução com as instituições criando uma Diretoria de Relações Institucionais e envolvendo diversas personalidades jurídicas na solução de problemas estruturais;

- Aprimorar a Gestão das Diretorias/Procuradorias com planejamento e gestão estratégicas;

- Melhorar a oferta de serviços pela Caixa, restaurando o prédio sede e fazendo convênios com instituições de ensino e saúde que possam ajudar a advocacia mais necessitada;

- Fazer parcerias estratégicas com instituições com credibilidade para propiciar capacitação técnica não apenas a quem está chegando, mas também os mais antigos com dificuldade de readaptação no mercado;

Entre outras propostas que irão dar uma cara nova à nossa OAB.

7 - O que diria para o novo advogado?

A advocacia alagoana irá voltar a sorrir. Nossa missão de vida é trazer de volta o orgulho



de ser advogado e advogada. Estaremos juntos, ao seu lado, para que todos se sintam acolhidos e seguros pela presença da Ordem. Nós estamos escancarando as portas da Ordem para que vocês tenham oportunidades que nos foram tolhidas, porque,

afinal, o Sol brilha para todos e todos têm o direito de participar e contribuir. Precisamos de você para construirmos uma OAB ARRETADA!

AN - Qual o principal foco de sua luta?

Abrir as portas da OAB a toda advocacia, enfrentar os grandes desafios que não foram ainda enfrentados por falta de vontade política e resgatar definitivamente o orgulho da advocacia.

## CURRÍCULO - VAGNER PAES

Advogado, atual Vice-Presidente da OAB/AL. Mestre em Direito Público pela UFAL. Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2008). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas – FDA, Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Advogado (OAB/AL nº 7.163), sócio do escritório Paes Almeida e Albuquerque Advogados, é atuante na área de Direito Administrativo, Civil e Eleitoral, com quase duas décadas de experiência na Advocacia. Professor de Direito Administrativo. Autor do livro “Serviços Públicos: a livre iniciativa e os direitos fundamentais como parâmetro de atuação estatal” e diversos artigos científicos.

# BATEU AQUELA FÔME?

FAÇA SEU  
PEDIDO.

RESTAURANTE  
*do Zezé*

(82) 3313-4004/ 3023-6240  99374-2442